

Brasil PCH S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2019 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Brasil PCH S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Brasil PCH S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasil PCH S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Brasil PCH S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, incorporada no Reino Unido ("DTTL"), suas redes de firmas-membro, e entidades e/ou relacionadas à DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/brasil para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de risco e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atua a nível de cada uma das organizações listadas pelo Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 170 países, mantendo reputações de classe global, e oferecendo serviços de alta qualidade para apoiar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como a Deloitte oferece serviços de auditoria independentes aos nossos clientes, consulte-se a nós pelo Twitter, LinkedIn e YouTube.

© 2020 Para mais informações, consulte a Deloitte Touche Tohmatsu Limited

Ênfase***Depreciação dos bens do ativo imobilizado destinados à geração de energia elétrica no regime de produção independente***

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.c) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os bens do imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida útil, considerando-se os fatos e as circunstâncias que estão mencionados na referida nota explicativa. À medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Diferença de práticas contábeis entre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem das normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à manutenção do saldo do ativo diferido, conforme descrito na nota explicativa nº 3.e) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Reapresentação dos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2018

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.4 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os valores correspondentes relativos às demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto nos pronunciamentos técnicos CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro (equivalente a norma internacional IAS 8) e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (equivalente a norma internacional IAS 1). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 4 de março de 2020


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" MG


Daniel de Carvalho Primo
Contador
CRC nº MG 076441/O-9

BRASIL PÓS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRATIVOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores em milhões de reais (R\$))

Ativos	Nota	Controladora		Controlado		BRASIL PÓS S.A. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Controlado	
		aplicativa	31/12/19	Reapresentada	31/12/19			Reapresentada	aplicativa	31/12/19	Reapresentada
ATIVOS CIRCULANTES											
Caixa e equivalentes de caixa	9	-	-	4.368	8	63.667	Atrechos	291	31	795	352
Ativos financeiros	10	124.979	94.594	135.150	94.954	36.666	Ativos	122.117	41.728	122.317	41.758
Cartas e moedas de câmbio	11	-	-	36.664	36.664	50.589	Integridade e integridade e integridade	159	129	1.527	1.745
Créditos a receber	14 e 15	289.482	268.583	-	-	-	Integridade e integridade e integridade	8	8	2.520	1.741
Impostos a recuperar		4.171	3.397	1.240	6.546	6.546	Integridade e integridade e integridade	-	-	1.717	1.571
Despesas antecipadas	12	40	11	12.539	94	94	Integridade e integridade e integridade	24 (b) e 11	37.935	-	13.943
Outros ativos circulantes	15	500	277	112	121	121	Receber o fundo	21	-	51.246	125.175
Total dos ativos circulantes		428.925	371.371	211.904	324.514	324.514	Integridade e integridade e integridade	18	9.304	125	6.324
ATIVOS NÃO CIRCULANTES											
Ativos não circulantes - BrEG		-	-	-	-	-	Integridade e integridade e integridade	23	11.524	11.271	11.624
Impostos a recuperar criadas	27	-	-	3.457	9.025	9.025	Integridade e integridade e integridade	10	-	-	4.377
Impostos a recuperar		4.561	5.036	4.259	5.754	5.754	Integridade e integridade e integridade		458	438	1
Despesas judiciais	33	1.896	1.494	12.449	1.965	1.965	Total dos ativos não circulantes		211.381	22.048	281.328
Outros ativos não circulantes		-	-	287	287	287					
Investimentos em controladas	34	712.236	770.714	-	-	-	ATIVOS NÃO CIRCULANTES				
Integridade	35	1.207	14	1.018.571	1.042.546	1.042.546	Ativos	12	16.182	851.894	786.192
Integridade	37	12	43	16.325	16.964	16.964	Integridade e integridade e integridade	13	75.250	32.192	75.282
Total dos ativos não circulantes		729.582	770.767	1.036.421	1.059.511	1.059.511	Integridade e integridade e integridade	21	14.923	28.111	15.913
							Integridade e integridade e integridade	17	-	-	18.873
							Integridade e integridade e integridade		714	-	714
							Integridade e integridade e integridade	22	1.124	3.821	3.597
							Total dos ativos não circulantes		211.381	22.048	281.328
							Total dos ativos		639.702	605.865	1.036.355
							PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
							Capital social	24	1.151.032	109.152	109.152
							Reservas		124.751	75.814	124.750
							Ativos não circulantes, por exemplo		144.367	132.282	134.282
									159.415	132.434	159.415
TOTAL DOS ATIVOS		1.158.507	1.148.138	1.248.325	1.384.025	1.384.025	TOTAL DOS ATIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.158.507	1.148.138	1.248.325

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINCO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidada	
		31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	25	-	-	426.941	496.654
CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA					
Custos com depreciação e amortização		-	-	(35.752)	(34.269)
Prêmio de risco (recuperação do risco hidrológico)		-	-	(21.749)	(19.896)
Custos com pessoal		-	-	(15.172)	(13.954)
Custos com manutenção		-	-	(14.734)	(11.170)
Taxa de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)		-	-	(5.475)	(5.985)
Custos com seguros		-	-	(1.693)	(2.529)
Custos com operação		-	-	(2.413)	(3.181)
Taxas setoriais		-	-	(611)	(1.056)
Custos com meio ambiente		-	-	(242)	(700)
Outros custos		-	-	(243)	(298)
Total do custo das vendas de energia		-	-	(109.532)	(88.167)
LUCRO BRUTO		-	-	315.409	320.492
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)					
Despesas com pessoal e administradores		(1.251)	(1.100)	(9.729)	(6.950)
Administrativas e gerais		(248)	(217)	(2.773)	(1.726)
Depreciação e amortização		(26)	(6.295)	(78)	(55)
Reversão com contrato oneroso	23	4.425	2.528	4.425	2.528
Outras despesas operacionais		(217)	(406)	(2.144)	(2.467)
Resultado na alienação de ativos		-	-	(803)	(2.683)
		2.083	(5.485)	(11.054)	(14.311)
Resultado de equivalência patrimonial	14	293.165	276.868	-	-
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		302.848	271.403	315.354	306.181
Despesas financeiras	26	(111.875)	(115.166)	(112.781)	(134.711)
Receitas financeiras	26	3.324	4.152	3.953	10.412
Total do resultado financeiro		(107.551)	(111.014)	(108.828)	(124.300)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		195.297	160.389	214.526	181.881
Corrente	27	-	-	(11.061)	(15.600)
Diferido	27	-	-	(3.174)	409
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	27	-	-	(14.235)	(15.191)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		200.297	160.389	200.297	166.646
LUCRO BÁSICO E DILUIDO POR AÇÃO ORDINÁRIA - R\$		2,13	1,70		
QUANTIDADE MÉDIA ORDINÁRIA DE AÇÕES		94.167.631	94.187.901		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINCO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
 (valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18 Reapresentado	31/12/19	31/12/18 Reapresentado
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	200.297	150.389	200.297	166.646
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado:				
Perda de valor justo de instrumentos de hedge durante o período	(32.185)	(32.182)	(32.185)	(32.182)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>168.112</u>	<u>118.207</u>	<u>168.112</u>	<u>134.464</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados controladora	Ajuste de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido controladora	Ativo diferido - vide N.E. 3 (e)	Patrimônio líquido consolidado
		Reserva legal	Lucros retidos						
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	109.032	21.806	87.226	61.677	-	-	279.941	(5.257)	273.684
Distribuição de dividendos - Lucros retidos de 2017 (R\$0,53 por ação)	24 (c)	-	(87.226)	-	-	-	(87.226)	-	(87.226)
Dividendos adicionais distribuídos referentes a 2017 (R\$0,66 por ação)	24 (c)	-	-	(61.677)	-	-	(61.677)	-	(61.677)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	160.309	-	160.309	6.257	166.566
Destinações:									
Dividendos distribuídos referentes a 2018 (R\$1,13 por ação)	24 (c)	-	-	-	(106.391)	-	(106.391)	-	(106.391)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,57 por ação)	24 (c)	-	-	(51.998)	(51.998)	-	-	-	-
Valor justo em Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	(32.182)	(32.182)	-	(32.182)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 - REAPRESENTADO	109.032	21.806	-	(51.998)	-	(32.182)	152.554	-	152.654
Dividendos adicionais distribuídos referente a 2018 (R\$0,57 por ação)	24 (c)	-	-	(51.998)	-	-	(51.998)	-	(51.998)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	200.297	-	200.297	-	200.297
Destinações:									
Dividendos distribuídos referentes a 2019 (R\$1,03 por ação)	24 (c)	-	-	-	(97.353)	-	(97.353)	-	(97.353)
Dividendos adicionais propostos (R\$1,09 por ação)	24 (c)	-	-	(102.944)	(102.944)	-	-	-	-
Valor justo em Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	(32.185)	(32.185)	-	(32.185)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	109.032	21.806	-	(102.944)	-	(54.367)	169.415	-	169.415

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Moeda operativa	Controladas		Consolidado	
		31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro antes da empresa de renda e da contribuição social		270.397	150.389	214.532	181.837
Ajustes que resultam o resultado às demonstrações contábeis pelas atividades operacionais:					
Resultado na venda de ativo imobilizado e intangível	16, 17 e 30	7	-	809	5.132
Reversão na custo sobre aquisição de ativo imobilizado		-	-	(73)	-
Auxílio e atualizações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		90.501	102.774	50.501	130.673
Atualização financeira sobre depósitos bancários	25	-	-	(205)	(111)
Atualização financeira sobre aplicações bancárias	25	17.447	(944)	(9.724)	(2.276)
Atualização financeira sobre compromissos futuros	25	-	-	563	482
Atualização financeira sobre contratos de aluguel		15	-	15	-
Depreciação e amortização		26	6.276	15.780	14.301
Equivalência pro incobor	14	(300.165)	(275.888)	-	-
Amortização prêmio de risco (respectuação do risco histórico)		-	-	27.349	35.895
Contração do regime NRP e garantia fiscal	25	-	-	27.150	31.775
Apropração de renda diferida	23	-	-	(115.181)	-
PIS e COFINS diferido sobre ajuste MKB		-	-	2.764	(485)
Atualização financeira sobre contratos onerosos	23	1.187	4.785	1.187	4.785
Reversão da provisão para contrato oneroso	23	14.425	17.577	14.425	17.577
Reversão para o "SocAF"	25	16.279	129	16.279	129
Custo de transação de Debêntures	25	1.118	325	1.118	325
Reversão para riscos		431	341	354	435
Vantagens sociais e para casa:					
Impostos e rendas de doações		-	-	21.525	12.491
Impostos a recuperar		1649	1672	343	12.422
Despesas arrecadadas		(18)	-	(18)	297
Outros ativos		97	85	5	745
Fornecedores		330	(1)	444	(415)
Outros ganhos trabalhistas e previdenciários		-	-	1348	134
Impostos e contribuições a receber		-	-	15.400	130.162
Provisão de férias e 13º salário		-	-	144	(35)
Empenho contrato oneroso	23	18.615	(5.255)	18.615	14.554
Pagamento compromissos futuros	19	-	-	17.570	13.040
Outros passivos		(915)	(102)	(343)	(807)
Caixa gerado nas operações		(11.588)	(11.347)	777.552	741.079
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais					
Dividendos recebidos	14 (c)	318.040	157.910	-	-
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	13	(82.342)	(530.257)	(62.342)	(554.640)
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		-	-	(4.763)	(2.985)
Cancelamento gerado pelas aplicações nas atividades operacionais		774.112	(495.124)	(187.647)	(421.347)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Aumento de capital em controladas	14	-	(87.700)	-	-
Repatrios públicos		(282)	(719)	(736)	11.884
Aquisição em fundos de investimentos e contas vinculadas		(32.537)	(84.000)	(40.512)	(65.195)
Aquisição de imobilizado e intangível	16, 17 e 30	-	-	(4.537)	(1.320)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(125.319)	(173.419)	(50.785)	(77.636)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
Captação líquida de debêntures	23	-	889.516	-	855.516
Outros recursos pagos	24 (c)	(109.350)	(702.430)	(160.150)	(702.670)
Financiamentos, empréstimos e debêntures pagos	23	(27.000)	(120.800)	(27.000)	(397.755)
Instrumentos derivativos, líquidos		284	-	284	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		(136.066)	466.286	(166.866)	139.130
RETRAIÇÃO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(14.168)	(111.457)	(63.099)	(15.022)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
No início do exercício	\$	4.160	115.125	63.647	143.647
No fim do exercício	\$	-	4.168	8	51.667
RETRAIÇÃO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(14.168)	(111.457)	(63.099)	(15,022)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Brasil PCH S.A. ("Companhia", "Controladora" ou "Brasil PCH"), constituída em 23 de março de 2005, iniciou suas operações em 4 de abril de 2006, por meio da PCHPAR - PCH Participações S.A., participando com 100% de 13 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs, em conjunto com sua controladora denominada de "Grupo Brasil PCH" ou "Grupo"), com 291,5 MW de potência instalada, autorizadas pela ANEEL pelo período de 30 anos.

A Companhia tem como objeto social qualquer atividade relacionada à Administração, construção, planejamento, operação, manutenção e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável por meio de PCHs, observando a estrutura prevista em acordo de acionistas, e participação em outras companhias, sociedades ou consórcios, como acionista, sócia ou consorciada.

A comercialização da energia gerada pelas 13 controladas indiretas se dá por meio de contratos de compra e venda com prazo de 20 anos, a contar da data de operação comercial, firmados entre essas empresas e a Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRAS) no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA). Por tal contrato, a ELETROBRAS adquire a totalidade da energia produzida e representa as empresas perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Segue-se um resumo informativo das 13 PCHs:

- **Funil Energia S.A. ("Funil")**

A PCH Funil está localizada no rio Guanhães, no Município de Dorcas do Guanhães (MG). Tem capacidade instalada de 22,5 MW e garantia física de 14,54 MWm. Iniciou sua operação comercial em 5 de março de 2008 e o término de sua autorização se dará em 22 de dezembro de 2029.

A Funil ingressou com ação judicial questionando o mecanismo de revisão de garantia física previsto na Portaria MME nº 463/2009. Em 23 de novembro de 2015 a Funil obteve decisão liminar restabelecendo o montante original de sua garantia física que, por meio da Portaria MME nº 383/2015, retornou de 13,09 para 14,54 MWm. Em paralelo ao processo judicial, conforme Portaria MME nº 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas de modo centralizado pelo ONS. De momento, aguarda-se ao longo de 2020 a disponibilização para discussão da nova metodologia Consulta Pública a ser instaurada pelo (MME).

- **São Joaquim Energia S.A. ("São Joaquim")**

A PCH São Joaquim está localizada no rio Benevente, no Município de Alfredo Chaves (ES). Tem capacidade instalada de 21 MW e garantia física de 13,28 MWm. Iniciou sua operação comercial em 17 de abril de 2008 e o término de sua autorização se dará em 18 de outubro de 2030.

- **Santa Fé Energética S.A. ("Santa Fé")**

A PCH Santa Fé 1 está localizada no rio Paraihuna, no Município de Três Rios (RJ). Tem capacidade instalada de 30 MW e garantia física de 26,10 MWm. Iniciou sua operação comercial em 5 de maio de 2008 e o término de sua autorização se dará em 5 de novembro de 2032.

- Carangola Energia S.A. ("Carangola")

A PCH Carangola está localizada no rio Carangola, no Município de Carangola (MG). Tem capacidade instalada de 15 MW e garantia física de 9,57 MWm. Iniciou sua operação comercial em 25 de junho de 2008 e o término de sua autorização se dará em 22 de dezembro de 2029.

- Jataí Energética S.A. ("Jataí")

A PCH Jataí está localizada no rio Claro, no Município de Jataí (GO). Tem capacidade instalada de 30 MW e garantia física de 20,35 MWm. Iniciou sua operação comercial em 30 de julho de 2008 e o término de sua autorização se dará em 18 de dezembro de 2032. Em 14 de junho de 2012 foi publicada a Portaria MME nº 38, revisando o valor da garantia física da PCH de 19,25 MWm para os atuais 20,35 MWm, passando esse montante a vigor a partir de 14 de junho de 2012.

- Bonfante Energética S.A. ("Bonfante")

A PCH Bonfante está localizada no rio Paraibuna, no município de Simão Pereira (MG). Tem capacidade instalada de 19 MW e garantia física de 13,48 MWm. Iniciou sua operação comercial em 2 de agosto de 2008 e o término de sua autorização se dará em 27 de agosto de 2031.

A Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (ABRAGEL) ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante de garantia física original que retornou de 12,17 para 13,48 MWm. Em paralelo ao processo judicial, conforme Portaria MME 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas de modo centralizado pelo QNS. De momento, aguarda-se ao longo de 2020 a disponibilização da nova metodologia em Audiência Pública a ser instaurada pelo MME.

- Irara Energética S.A. ("Irara")

A PCH Irara está localizada no rio Doce, no Município de Jataí (GO). Tem capacidade instalada de 30 MW e garantia física de 18,21 MWm. Iniciou sua operação comercial em 6 de setembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 24 de setembro de 2032.

- Calheiros Energia S.A. ("Calheiros")

A PCH Calheiros está localizada no rio Itabapoana, no Município de Bom Jesus do Itabapoana (RJ). Tem capacidade instalada de 19,5 MW e garantia física de 10,92 MWm. Iniciou sua operação comercial em 12 de setembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 13 de janeiro de 2030.

- Caparaó Energia S.A. ("Caparaó" ou "Fumaça IV")

A PCH Fumaça IV está localizada no rio Preto, no Município de Dorcas do Rio Preto (ES). Tem capacidade instalada de 4,5 MW e garantia física de 2,61 MWm. Iniciou sua operação comercial em 30 de dezembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 29 de dezembro de 2029.

A ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante de garantia física original passando de 2,36 para 2,61 MWm. Em paralelo ao processo judicial, conforme Portaria MME 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas de modo centralizado pelo ONS. De momento, aguarda-se ao longo de 2020 a disponibilização da nova metodologia em Audiência Pública a ser instaurada pelo MME.

- **Monte Serrat Energética S.A. ("Monte Serrat")**

A PCH Monte Serrat está localizada no rio Paraíba, no Município de Comendador Levy Gasparian (RJ). Tem capacidade instalada de 25 MW e garantia física de 18,28 MWm. Iniciou sua operação comercial em 13 de fevereiro de 2009 e o término de sua autorização se dará em 27 de agosto de 2031.

A ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante de garantia física original que retornou de 17,37 para 18,28 MWm. Em paralelo ao processo judicial, conforme Portaria MME 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas de modo centralizado pelo ONS. De momento, aguarda-se ao longo de 2020 a disponibilização da nova metodologia em Audiência Pública a ser instaurada pelo MME.

- **São Simão Energia S.A. ("São Simão")**

A PCH São Simão está localizada no rio Itapeminim, no Município de Alegre (ES). Tem capacidade instalada de 27 MW e garantia física de 15,20 MWm. Iniciou sua operação comercial em 17 de fevereiro de 2009 e o término de sua autorização se dará em 22 de março de 2031.

- **São Pedro Energia S.A. ("São Pedro")**

A PCH São Pedro está localizada no rio Jucu Braço Norte, no Município de Domingos Martins (ES). Tem capacidade instalada de 30 MW e garantia física de 18,41 MWm. Iniciou sua operação comercial em 16 de junho de 2009 e o término de sua autorização se dará em 18 de novembro de 2033.

A ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante de garantia física original que retornou de 17,49 para 18,41 MWm. Em paralelo ao processo judicial, conforme Portaria MME 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas de modo centralizado pelo ONS. De momento, aguarda-se ao longo de 2020 a disponibilização da nova metodologia em Audiência Pública a ser instaurada pelo MME.

- **Retiro Velho Energética S.A. ("Retiro Velho")**

A PCH Retiro Velho está localizada no rio da Prata, no Município de Aporé (GO). Tem capacidade instalada de 18 MW e garantia física de 13,15 MWm. Iniciou sua operação comercial em 16 de junho de 2009 e o término de sua autorização se dará em 12 de novembro de 2032. Em 10 de maio de 2012 foi publicada a Portaria MME nº 28, revisando o valor da Garantia Física da PCH de 11,06 para os atuais 13,15 MWm, passando esse montante a vigor a partir de 10 de maio de 2012.

A ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante de garantia física original que retornou de 12,49 para 13,15 MWm. Em paralelo ao processo judicial, conforme Portaria MME 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas de modo centralizado pelo ONS. De momento, aguarda-se ao longo de 2020 a disponibilização da nova metodologia em Audiência Pública a ser instaurada pelo MME.

As informações sobre capacidade instalada e em operação e energia anual assegurada das controladas da Brasil PCH, não foram examinadas pelos auditores independentes.

1.1. Mecanismo de Realocação de Energia - MRE - Consolidado

Todas as controladas da Companhia fizeram opção por participar com suas PCHs do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), tendo, portanto, compartilhado o risco hidrológico com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, por força de serem todas inscritas e contratadas no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e repassadas à ELETROBRAS, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das PCHs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais.

Os ajustes referentes aos exercícios de 2015, de 2016 e de 2017, inicialmente previstos para incidirem nos anos de 2016, de 2017 e de 2018, respectivamente, bem como correções dos anos de 2013 a 2015, ainda não foram efetivados em sua plenitude devido a liminar que havia sido obtida pela ELETROBRAS que, indiretamente, protegia todas as usinas do PROINFA e, conseqüentemente, a Companhia. Em função da queda da liminar em setembro de 2018, a ELETROBRAS passou a reter do faturamento das PCHs da Brasil PCH, em 12 parcelas ao longo do exercício de 2019, o montante de R\$125.161, referente aos ajustes totais do contrato PROINFA no âmbito do MRE, relativo aos exercícios supracitados e ao exercício de 2018, com aplicação do reajuste do contrato nas parcelas a partir de junho de 2019.

1.2. Repactuação do risco hidrológico - Consolidado

O governo sancionou a Lei 13.203/2015 e a ANEEL a Resolução Normativa 684/2015 que tratam da repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do MRE, com efeito iniciando em 2015. A Companhia aderiu à repactuação do risco hidrológico referente à todas as PCHs da Brasil PCH, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao Consumidor. Neste produto, o gerador transfere integralmente o risco hidrológico inerente aos contratos regulados mediante pagamento de prêmio de risco de R\$9,50/MWh (data-base de janeiro de 2015 anualmente atualizado pelo IPCA) até o final dos contratos de venda de energia.

O pagamento referente ao risco hidrológico de 2015 da Companhia será tratado, conforme legislação, como adiantamento do prêmio de seguro para pagamento até 30 de junho de 2020. O montante da exposição ao contrato repactuado, líquido do prêmio na data-base de 31 de dezembro de 2019, é de R\$11.375. Este montante está reconhecido no ativo como despesa paga antecipada quando será apropriado ao resultado como prêmio de seguro na linha de custo das vendas de energia de forma linear no resultado até junho de 2020.

Até 31 de dezembro de 2019, os ajustes financeiros relativos ao risco hidrológico do exercício de 2015 foram totalmente retidos pela ELETROBRAS no faturamento (R\$125.161).

1.3. Revisão da garantia física

Em 23 de junho de 2015 o Tribunal Regional Federal da 1ª Região julgou procedente o pedido da ABRAGEL de suspensão das portarias do MME que reduziram a garantia física das centrais não despachadas no período de 2010 a 2015, com base no artigo 6º, incisos I e II da Portaria MME nº 463/2009. O Ministério Minas e Energia ("MME") restabeleceu, por meio da Portaria 267/2015, as garantias físicas das PCHs aos seus montantes originais, bem como suspendeu o mecanismo automático de revisão extraordinária de garantia física previsto para todas as PCHs da Brasil PCH, com exceção da PCH Funil.

Em 23 novembro de 2015 a Funil obteve decisão liminar restabelecendo, por meio da Portaria MME 383/2015, o montante original de sua garantia física.

Em 28 de junho 2019, foi proferida sentença favorável em 1ª instância da liminar obtida em junho de 2015 pela ABRAGEL, abrangendo 12 usinas da Companhia (exceto PCH Funil), onde o magistrado julgou procedente o pedido da autora de não sofrer revisões de garantia física "automática", conforme Portaria MME 463/2009, bem como anular as Portarias publicadas antes do pedido da referida liminar, retrocedendo seus efeitos e reestabelecendo a garantia física original dos empreendimentos. Adicionalmente, a sentença solicita que seja comunicado à CCEE a respectiva decisão para que a mesma promova a recontabilização de todo o período afetado, ajustando adequadamente as posições dos agentes afetados.

Importante destacar que ainda não houve o trânsito em julgado desta decisão, uma vez que a sentença deve ser confirmada em 2ª instância, estando ainda sujeita depois disso a interposição de recursos extraordinários e especiais pela União.

Em paralelo aos processos judiciais, conforme Portaria MME 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas de modo centralizado pelo ONS. De momento, aguarda-se ao longo de 2020 a abertura de consulta pública para debater a nova proposta do MME.

Em função das garantias físicas estarem vigentes em seus montantes originais devido a decisões liminares, os contratos PROINFA retornaram nos montantes originais de energia contratada, e a Companhia está realizando a provisão no valor de R\$39.270, conforme divulgado na nota explicativa nº 21 (b), para resguardar a hipótese de perda na demanda e consequentemente ajuste no faturamento da Companhia no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais.

1.4. Sinistro

Monte Serrat Energética S.A.

Em 15 de novembro de 2017 a geração da unidade 2 da PCH Monte Serrat foi interrompida devido à constatação de ruído anormal e atuação da proteção de vibração axial no multiplicador de velocidade. Com a constatação de dano no Pinhão Solar do Multiplicador de Velocidade da referida unidade, em dezembro de 2017 foram tomadas as medidas necessárias para os reparos, sendo a retomada total da produção registrada em 5 de fevereiro de 2018 (o sinistro foi economicamente encerrado em outubro de 2018).

Em 11 de março de 2018, a geração da unidade 2 da PCH Monte Serrat Energética foi interrompida para análise e reparos das avarias identificadas nas grades da tomada d'água da UG02, após ruptura da estrutura do log boom. Em 20 de abril de 2018 a operação foi retomada (o sinistro foi economicamente encerrado em outubro de 2018).

Foi reconhecido no exercício de 2018 um ganho de R\$961. O respectivo valor é referente ao recebimento final de indenizações por parte da seguradora com relação aos sinistros ocorridos na PCH Monte Serrat.

1.5. Transferência de ativos regulatórios

Conforme resolução normativa da ANEEL nº 506/2012, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as empresas abaixo, realizaram as transferências do aditivo das Subestações e de pontos de conexão (bay) para as distribuidoras, resultado uma baixa no ativo Imobilizado, reconhecido no resultado na rubrica "Resultado na alienação de ativos":

PCHs	Distribuidora	31/12/19	31/12/18
Caparec Energia S.A. (Bay)	EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A	-	29
Carangola Energia S.A. (Bay)	Cemig Distribuição S.A.	-	454
Flumil Energia S.A. (Bay)	Cemig Distribuição S.A.	-	536
Irara Energética S.A. (Bay)	CELG Distribuição S.A.	-	303
Jatui Energética S.A. (Bay)	CELG Distribuição S.A.	-	297
São Joaquim Energia S.A. (SE)	EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A.	422	675
São Pedro Energia S.A.(SC)	EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A	207	1.348
		<u>629</u>	<u>3.542</u>

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- As demonstrações financeiras individuais elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").
- As demonstrações financeiras consolidadas elaboradas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pelas normas da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

A reconciliação do resultado entre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao ativo diferido reconhecido conforme nota explicativa nº 3 (e) está demonstrada a seguir:

	31/12/19	31/12/18
Lucro líquido do exercício - Controladora	200.297	160.389
Reversão da amortização do diferido	-	6.257
Lucro líquido do exercício - Consolidado	<u>200.297</u>	<u>166.646</u>

2.2 Bases de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando esperado que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida.
- Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia avalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas da Brasil PCH são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas diretas e indiretas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

2.4. Reapresentação dos saldos contábeis

A Administração da Companhia identificou, durante a preparação das demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, que o registro contábil dos instrumentos financeiros derivativos (swap), contratados em 15 de outubro de 2018, junto ao banco Itaú, para proteção de fluxos de caixa da Companhia estavam sendo contabilizados incorretamente, sendo que o instrumento de proteção não estava sendo mensurado pelo valor justo.

Em função disso, a Companhia passou a reconhecer os efeitos da variação do valor justo do instrumento de proteção, que em 31 de dezembro de 2018 eram R\$32.182 (individual e consolidado), em outros resultados abrangentes em contrapartida a rubrica de instrumento financeiro derivativo, no passivo não circulante. As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação, estão sendo reapresentadas, conforme requerido pelos pronunciamentos técnicos CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro (equivalente a norma internacional IAS 8) e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (equivalente a norma internacional IAS 1). Não houve impactos nas demonstrações do resultado do exercício e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

(a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

- i) **Custo amortizado de ativo financeiro ou passivo financeiro:** o valor pelo qual o ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos a amortização do principal, mais ou menos a amortização acumulada, utilizando-se o método de juros efetivos, de qualquer diferença entre esse valor inicial e o valor no vencimento e para ativos financeiros ajustados por qualquer provisão para perdas.
- ii) **Valor justo por meio do resultado - ativo financeiro que:**
 - É adquirido ou incorrido principalmente para ser vendido ou recomprado no curto prazo.
 - No reconhecimento inicial, faz parte da carteira de instrumentos financeiros identificados que sejam administrados em conjunto e para os quais há evidência de um padrão real recente de obtenção de lucros no curto prazo.
- iii) **Passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado - Passivo financeiro que atenda a uma das seguintes condições:**
 - Atenda à definição de mantido para negociação.
 - No reconhecimento inicial, seja designado pela entidade como ao valor justo por meio do resultado.
 - Seja designado, por ocasião do reconhecimento inicial ou subsequentemente, como ao valor justo por meio do resultado.
- iv) **Derivativo - Instrumento financeiro ou outro contrato com todas as três seguintes características:**
 - Seu valor é modificado em resposta à alteração em determinada taxa de juros, preço de instrumento financeiro, preço de commodity, taxa de câmbio, índice de preços ou taxas, classificação de crédito ou índice de crédito, ou outra variável (algumas vezes denominada "subjacente"), desde que, no caso de variável não financeira, essa variável não seja específica a uma das partes do contrato.

- Não exige nenhum investimento líquido inicial, que seja menor do que seria necessário para outros tipos de contratos, que se esperaria que tivessem resposta similar a alterações nos fatores de mercado.
- Seja liquidado em data futura.
- *Hedges de fluxo de caixa:* A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos e outros instrumentos de hedge qualificáveis que são designados e qualificados como hedges de fluxos de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, até o momento em que o item objeto de hedge afeta o resultado do exercício. O ganho ou a perda relacionada à parcela não efetiva é reconhecido imediatamente no resultado do exercício.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Imobilizado

Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou construção (inclusive juros e demais encargos financeiros líquidos), deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

O custo de reposição de um componente do Imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado

(c) Depreciação

A depreciação, exceto de móveis e utensílios e computadores e periféricos, é calculada a partir do início das operações das controladas indiretas da Companhia, pelo método linear, às taxas determinadas pela Portaria DNAEE nº 815, de 15 de novembro de 1994, alteradas pelas Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009, 474, de 7 de fevereiro de 2012 e 731 de 23 de agosto de 2016 que, no entendimento da Administração, se aproximam das vidas úteis destes ativos.

A Companhia considera essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e do que consta na Resolução de autorização para estabelecimento como produtora independente, concedida pela ANEEL, ao final do prazo dessa autorização que é de 30 anos, caso não seja renovada, o valor residual dos bens deverá ser indenizado à Companhia. A prorrogação das concessões e das autorizações de geração de energia hidrelétrica foi regulamentada nos termos do artigo 2º da Lei 12.783/2013, com redação dada pela Lei 13.360/2016, e do Decreto 9.158/2017.

A autorização para exploração do potencial hidrelétrico, no regime de produtora independente de energia elétrica vigorará pelo prazo de trinta anos (vide nota explicativa nº 1), podendo ser prorrogada por igual período, conforme Lei 12.783/2013 e Decreto 9.158/2017. Ao final do prazo da respectiva autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

(d) Intangível

Estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que possuem vida útil econômica definida, conforme demonstrados na nota explicativa nº 17, são amortizados levando-se em consideração sua vida útil, que reflete o benefício econômico dos referidos ativos intangíveis.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso ou alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

(e) Diferido

Registrado ao custo de formação. Na Companhia, a amortização é calculada de forma proporcional em relação a cada controlada indireta (PCHs), desde a data do início de suas operações pelo prazo de dez anos, com final de amortização para o ano de 2018.

A Companhia optou por manter o saldo do ativo diferido até a sua realização total por meio de amortização. Em atendimento ao CPC 43 (R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41, que determina que para fins de demonstrações consolidadas, o efeito da manutenção dos saldos de ativo diferido deve ser eliminado contra as reservas de lucros.

(f) Valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

(g) Provisões para compromissos futuros e outras

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável (vide nota explicativa nº 19).

(h) Provisões para riscos

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais (vide nota explicativa nº 22).

(i) Provisão para contratos onerosos

Obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo da vida do contrato (vide nota explicativa nº 23).

(j) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

(k) Receita operacional

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

A receita é reconhecida quando a energia é gerada e os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. A titularidade legal é transferida, conforme determinações legais do contrato de suprimento de energia elétrica, ou seja, todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador, o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade e é provável que benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia.

(l) Receita diferida

Os Contratos de Compra e Venda de Energia, celebrados entre as controladas indiretas e a ELETROBRAS, estabelecem que seja apurada em cada ano (período de janeiro a dezembro) o resultado da comercialização no âmbito da CCEE. A parcela de ajuste financeiro resultante dessa apuração será compensada nas faturas mensais do ano subsequente, em 12 parcelas.

(m) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Custos são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

(n) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes da Companhia e da controlada direta PCHPAR - PCH Participações S.A. são registrados pelo regime de competência e calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O regime fiscal adotado pelas controladas indiretas foi do lucro presumido. Com base nesse critério, o resultado para fins de imposto de renda e contribuição social foi calculado aplicando-se sobre a receita as alíquotas definidas para sua atividade, que são de 8% e 12%, respectivamente. Sobre o resultado presumido foram aplicadas as alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes na data do encerramento de cada exercício (25% para imposto de renda e 9% para contribuição social).

(o) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas suas demonstrações no fim do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

(p) Lucro por ação

O lucro básico por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos exercícios apresentados. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o lucro básico por ação, motivo pelo qual o lucro básico por ação é igual ao lucro por ação diluído.

(q) Adoção de Pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019

As normas brasileiras de relatório financeiro (IFRS) novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção dessas IFRS novas e revisadas, aplicáveis a Companhia, não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para os exercícios corrente e anterior.

Pronunciamento	Descrição
Alterações ao CPC 4B	Recursos de pré-pagamento com compensação negativa
Alterações ao CPC 18	Interesses a longo prazo em associadas e empresas comuns
Melhorias anuais aos pronunciamentos 2015-2017	Alterações do ciclo do CPC 15 – Combinação de Negócios, CPC 19 – Negócios em Conjunto, CPC 32 – Tributos sobre o Lucro e CPC 20 – Custos de Empréstimos
Alterações ao CPC 33	"Employee Benefits Plan Amendment, Curtailment or Settlement"
ICPC 22	Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas:

Pronunciamento	Descrição
IFRS 17	Contratos de Seguros
CPC 36 e CPC 18 (melhorias)	Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e/ ou Empreendimento Conjunto
Alterações ao CPC 15	Definição de negócios
Alterações ao CPC 24 e CPC 23	Definição de material
Estrutura conceitual	"Amendments to References to the Conceptual Framework in IFRS Standards"

O CPC ainda não editou todos os respectivos Pronunciamentos e modificações correlacionadas às IFRS novas e revisadas apresentadas acima. Em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses Pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória e que seus impactos nas demonstrações financeiras da Companhia sejam os mesmos da adoção dos Pronunciamentos do IASB descritos acima.

A Companhia adotou as novas normas estabelecidas no CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. Com essa nova norma, os arrendatários passam reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para alguns contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes.

A Companhia utilizou abordagem retrospectiva e o expediente prático com relação à definição de contratos de arrendamento na transição. Portanto, o passivo de arrendamento foi mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes, na data de aplicação inicial. O ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional será, por sua vez, reconhecido com valor equivalente ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

A Companhia adotou a aplicação do CPC 06 (R2) somente no contrato de aluguel da Sede, considerando que os demais contratos não foram alcançados por terem sido caracterizados como de curto prazo, ou seja, com vigência de até 12 meses e ou baixo valor.

O efeito da adoção do novo pronunciamento foi reconhecido no montante de R\$1.198 no ativo imobilizado, a título de direito de uso e o reconhecimento do passivo de arrendamento no mesmo valor.

Com relação aos demais Pronunciamentos, a Administração da Companhia não espera impactos significativos decorrentes da aplicação dessas novas normas e interpretações.

4. GERENCIAMENTO DE RISCO

A Companhia e suas controladas avaliaram e consideraram relevante a exposição aos seguintes riscos:

- **Risco de crédito**

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia e suas controladas Indiretas a incorrer em perdas financeiras. As contas a receber de clientes são formadas por um único cliente - ELETRÓBRAS via contrato de compra de energia pelo prazo de 20 anos, não havendo histórico risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Assim, não há exposição significativa da Companhia e de suas controladas a riscos de crédito ou perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 11.

- **Risco de mercado**

O risco de mercado decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia e suas controladas avaliam que os riscos das aplicações financeiras são baixos, por serem realizadas em bancos de reconhecida liquidez e remuneradas a taxas de mercado que variam entre 77,77% a 96,53% do CDI, conforme apresentado na nota explicativa nº 10. A Companhia e suas controladas administram e mensuram esses riscos através do planejamento de fluxo de caixa realizado.

Os passivos financeiros existentes abrangem os saldos de debêntures junto aos Bancos Itaú Unibanco S.A. (CDI + 2,39%) e Santander Banco Santander S.A. (IPCA + 8,2647%). Conforme mencionado na nota explicativa nº 18, a Companhia contratou Instrumento financeiro derivativo (swap), alterando a sua exposição em CDI para IPCA.

A Companhia e suas controladas não possuem operações contratadas em moeda estrangeira. Desta forma, não está sujeita a riscos decorrentes de oscilações de taxas de câmbio.

Uma análise de sensibilidade dos ativos e passivos que representam riscos relevantes para a Companhia está apresentada na nota explicativa nº 28.

- **Risco operacional**

O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. As controladas indiretas da Companhia realizam as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenções preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações, bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens.

Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, as controladas indiretas da Companhia contrataram cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras, conforme nota explicativa nº 29.

- **Risco de liquidez**

A Companhia e suas controladas utilizam o controle do custeio para auxiliar no monitoramento de exigências do fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Todo decêndio é estimado o desembolso em comparação com a sua entrada de caixa.

A Companhia possui empréstimo bancário que contém cláusula restritiva ("covenants") deverá ser apresentado o Índice de Cobertura do serviço da Dívida - ICSD superior ou equivalente a 1,20, sempre que for elaborada demonstrações financeiras consolidadas para distribuição de dividendos (anual e/ou intercalares - trimestral ou semestral). O não cumprimento dessa cláusula restritiva pode exigir que a Companhia pague tais compromissos antes da data indicada na tabela de fluxos de vencimentos dos financiamentos, detalhada na nota explicativa nº 18. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia estava adimplente em relação a este requerimento.

Tabela do risco de liquidez

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício.

Controladora	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 8 anos	Total
Fornecedores	291	-	-	291
Debêntures	44.177	153.827	1.054.811	1.252.815
Instrumentos financeiros derivativos	2.199	10.197	124.843	137.239
Total	46.667	164.024	1.179.654	1.390.345

Consolidado	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 8 anos	Total
Fornecedores	795	-	-	795
Debêntures	44.177	153.827	1.054.811	1.252.815
Instrumentos financeiros derivativos	2.199	10.197	124.843	137.239
Outros passivos	1	-	-	1
Total	47.172	164.024	1.179.654	1.390.850

▪ **Gestão de capital**

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para preservar a confiança do investidor, credor e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da empresa através do acompanhamento mensal da realização orçamentária aprovada pelo Conselho de Administração.

A Administração entende que a exposição da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Diretoria.

▪ **Risco hidrológico**

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica, incluindo as da Brasil PCH, estão sujeitas a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia contratada, poderá resultar em uma exposição dos respectivos CCVE-PROINFA das usinas da Companhia, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-o entre todas as usinas vinculadas ao MRE. Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1.1 e 1.2 as controladas indiretas realizaram a opção pela repactuação do risco hidrológico tendo como contrapartida o pagamento de prêmio. Dessa forma, as controladas indiretas mitigaram suas eventuais exposições contratuais.

5. RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA

PCH	Resolução ANEEL	Data da resolução	Prazo da autorização	Capacidade de produção instalada (MW)
Bonfante	357	28/08/2001	30 anos	19
Carangola	356	23/12/1999	30 anos	15
Calheiros	12	14/01/2000	30 anos	19,5
Caparaó	369	30/12/1999	30 anos	4,5
Furil	361	23/12/1999	30 anos	22,5
Irara	525	25/09/2002	30 anos	30
Jataí	741	19/12/2002	30 anos	30
Monte Serrat	356	28/08/2001	30 anos	25
Retiro Velho	626	13/11/2002	30 anos	18
Santa Fé	608	06/11/2002	30 anos	30
São Joaquim	404	19/10/2000	30 anos	21
São Pedro	604	19/11/2003	30 anos	30
São Simão	84	23/03/2001	30 anos	27

6. COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA - PROINFA

PCH	Compradora	Valores			Prazo		Índice de execução	Mês de resolução
		Valor original do contrato (milhões de reais - R\$)	Energia anual contratada - (TWh)	Preço Negociado - R\$/MWh	Preço atualizado R\$/MWh (*)	Início	Fim	
Bonfante	ELÉTRONOR	261.272	115.893	121,35	256,61	Jul-06	Jul-20	100%
Carangola	ELETROBRAS	307.540	87.496	121,15	256,61	maio-08	abr-26	100%
Calheiros	ELETROBRAS	228.228	94.037	121,35	256,61	set-08	set-28	100%
Caparaó	ELÉTRONOR	54.054	22.272	121,35	256,61	Jul-06	Jul-20	100%
Furil	ELETROBRAS	302.441	124.611	121,35	256,61	mar-08	mar-28	100%
Irara	ELETROBRAS	379.529	156.376	121,35	256,61	Jul-08	Jul-28	100%
Jataí	ELETROBRAS	423.293	174.430	121,35	256,61	jun-06	jun-26	100%
Monte Serrat	ELETROBRAS	175.114	155.231	121,35	256,68	jun-06	jun-26	100%
Retiro Velho	ELETROBRAS	275.484	113.508	121,35	256,61	jun-06	jun-26	100%
Santa Fé	ELÉTRONOR	546.810	225.303	121,35	256,61	Jul-08	Jun-28	100%
São Joaquim	ELETROBRAS	388.614	115.624	121,35	256,61	mar-08	mar-28	100%
São Pedro	ELETROBRAS	387.888	159.922	121,35	256,61	jun-06	jun-26	100%
São Simão	ELETROBRAS	219.677	131.717	121,35	256,61	jun-06	jun-26	100%

(*) - Base Junho de 2013.

7. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS APRESENTADAS

Na aplicação das políticas contábeis a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e de suas controladas que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- (i) Redução ao valor recuperável dos ativos: a Administração julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo Imobilizado e ativo intangível.

- (ii) **Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado:** a Companhia determina a vida útil e o valor residual com base no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico ("MCPSE") conforme resolução normativa 674/2015 da ANEEL, sendo que as taxas de depreciação e amortização atualmente utilizadas são consideradas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação, ao final do prazo de autorização de 30 anos, caso não seja renovado, o valor residual dos bens deverá ser indenizado à Companhia.
- (iii) **Provisões para compromissos futuros:** as provisões para compromissos futuros são reconhecidas, principalmente, com base em custos estimados de desapropriação e replantio de áreas próximas às instalações das usinas geradoras de energia elétrica. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como decisões de tribunais, e exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos.
- (iv) **Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos:** são reconhecidos em contrapartida aos efeitos negativos do ajuste de realocação de energia - MRE, registrados nas empresas controladas.

Em 31 de dezembro de 2019, não havia, na Controladora, saldo de Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias e saldo de prejuízos fiscais, visto que não há evidências positivas de lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

- (v) **Receita diferida:** reconhecida em contrapartida aos ajustes de realocação de energia, cujo impacto financeiro ocorre no ano seguinte em 12 parcelas, conforme mencionado nas notas explicativas nº 1.1 e nº 1.2 acima. A provisão é revisada e ajustada anualmente para levar em conta alterações nos dados disponibilizados pela CCEE.
- (vi) **Avaliação dos instrumentos financeiros:** a nota explicativa nº 28 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.
- (vii) **Provisão para contrato oneroso:** os contratos onerosos são reconhecidos quando os custos do contrato excedem os benefícios econômicos destes contratos. A nota explicativa nº 23 oferece informações detalhadas sobre as premissas utilizadas para determinação do valor dos contratos onerosos.

8. BASE DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia, da sua controlada direta PCHPAR - PCH Participações S.A. e as de suas controladas indiretas: Bonfante, Calheiros, Caparaó, Carangola, Funil, Irara, Jataí, Monte Serrat, Retiro Velho, Santa Fé, São Joaquim, São Pedro e São Simão; nas quais a participação no capital é de 100%.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação da participação no capital, nas reservas e nos lucros acumulados das empresas controladas.
- Eliminação dos saldos das contas dos ativos, passivos, despesas e receitas entre as empresas consolidadas.
- Eliminação do ativo diferido em contrapartida da reserva de lucros.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras da controlada direta são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Bancos	-	30	8	42
Operações compromissadas	-	4.138	-	63.625
	-	4.168	8	63.667

As aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificado de Depósito Bancário - CDB - DI e Fundo de Renda Fixa - DI, com risco insignificante de perda de valor, junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, são remuneradas a taxas de mercado que variam entre 84% a 98,2% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

10. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Fundos de investimento em renda fixa (a)	134.978	-	155.550	-
Contas vinculadas (b)	-	94.994	-	94.994
	134.978	94.994	155.550	94.994

(a) Referem-se a aplicações financeiras de liquidez imediata em fundos abertos de renda fixa, junto ao Banco do Brasil e Banco Itaú Unibanco e são remuneradas a taxas de mercado que variam entre 77,77% a 96,53% do CDI.

(b) Em consonância com a cláusula 10.1 da escritura de emissão da primeira série de debêntures em 15 de outubro de 2018 (vide nota explicativa nº 18), a Companhia manteve aplicações financeiras em contas vinculadas. Durante o ano 2019 este valor foi resgatado, uma vez que a ELETROBRAS incluiu os descontos dos ajustes do PROINFA.

11. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES (CONSOLIDADO)

Refere-se ao valor da venda da energia gerada pela Companhia e suas controladas, líquido dos respectivos impostos retidos na fonte no montante de R\$36.664 em 31 de dezembro de 2019 (R\$58.189 em 31 de dezembro de 2018). A Companhia registra o valor a receber referente à energia contratada pelo PROINFA.

De acordo com o contrato celebrado com a ELETROBRAS os pagamentos são realizados em 3 parcelas iguais e consecutivas nos dias 20 e 30 do mês subsequente ao faturamento e no dia 10 do segundo mês subsequente ao faturamento.

A Companhia não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base em sua experiência histórica de realização de 100% das contas a receber passadas e da análise da situação financeira atual de seu único devedor - ELETROBRAS, inexistindo contas a receber vencidas na data das demonstrações financeiras.

12. DESPESAS ANTECIPADAS

Estão registradas as despesas pagas antecipadamente, ainda não apropriadas, tais como: prêmios de seguros e repactuação do risco hidrológico.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Prêmio de seguros (a)	40	22	964	947
Prêmio de repactuação risco hidrológico (b)	-	-	11.375	-
Total	40	22	12.339	947

- (a) Refere-se a prêmios de seguros pagos por contratação de apólices de seguros e são reconhecidos no resultado do exercício mensalmente pelo prazo de vigência de cada uma das apólices.
- (b) Refere-se ao valor de repactuação do risco hidrológico já descontado da ELETROBRAS a ser apropriado no período de janeiro a junho de 2020 (vide notas explicativas nº 1.1, nº 1.2 e nº 21).

13. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Tributários (a)	1.837	1.484	1.837	1.484
Desapropriações e servidões (b)	-	-	10.446	12.481
Trabalhistas (c)	29	-	166	-
	1.866	1.484	12.449	13.965

- (a) Refere-se a processo envolvendo PIS e COFINS sobre receitas financeiras referente ao restabelecimento das alíquotas pelo Decreto 8.426/15.
- (b) Algumas controladas da Companhia são autoras de processos judiciais, nos quais reivindicam a posse definitiva de terrenos por desapropriação ou direito permanente de uso por servidão. Estes terrenos estão sendo utilizados nas instalações das PCHs e das linhas de transmissão.
- Quando a posse definitiva ou o direito de uso desses terrenos for legalmente transferida para as controladas da Companhia, o valor dos respectivos depósitos, quando levantados, será atribuído aos terrenos adquiridos que serão contabilizados como ativo imobilizado dessas controladas.
- (c) Algumas controladas da Companhia são responsáveis e corresponsáveis de processos judiciais, nos quais estão em discussões os pagamentos de verbas trabalhistas da empresa e de empresas terceiras, respectivamente.

14. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

Conforme nota explicativa nº 1, a Companhia detém o controle individual com 100% de participação da PCHPAR - PCH Participações S.A. que, por sua vez, controla individualmente, com 100% de participação, as 13 PCHs.

Movimentação dos saldos

	31/12/19	31/12/18
No início do exercício	770.714	644.820
Dividendos adicionais aprovados	(197.283)	(172.932)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	(65.762)
Dividendos propostos aprovados	(141.560)	-
Aumento de capital	-	87.700
Equivalência patrimonial	300.165	276.888
No fim do exercício	<u>732.036</u>	<u>770.714</u>

(a) Informações da controlada direta

Os principais saldos patrimoniais da PCHPAR – PCH Participações S.A. em 2019 e 2018 são apresentados como segue:

	31/12/19	31/12/18
Ativos circulantes	240.845	216.729
Ativos não circulante	780.772	822.762
Investimentos	780.401	822.025
Outros	371	737
Passivos circulantes	289.581	268.777
Patrimônio líquido	732.036	770.714
Quantidade de ações	<u>377.645.430</u>	<u>377.645.430</u>

Os principais saldos de resultado da PCHPAR – PCH Participações S.A. em 2019 e 2018 são apresentados como segue:

	31/12/19	31/12/18
Lucro antes do resultado financeiro	300.153	276.847
Lucro antes do imposto de renda	300.180	276.888
Lucro líquido	<u>300.165</u>	<u>276.888</u>

(b) Informações das controladas indiretas

Os principais saldos patrimoniais das controladas indiretas em 2019 e 2018 são apresentados como segue:

	31/12/2019				
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido
Bonfante	4.975	77.425	28.236	2.420	51.744
Calhelros	3.919	61.956	18.763	1.267	45.845
Caparaó	1.007	20.654	4.644	798	16.219
Carangola	3.495	46.781	16.825	1.360	32.091
Funil	4.444	66.343	24.322	296	46.169
Irara	7.265	101.703	28.238	8.212	72.518
Jataí	8.020	94.433	31.845	96	70.512
Monte Serrat	7.119	108.826	28.398	4.476	83.071
Retiro Velho	5.135	91.899	23.670	957	72.407
Santa Fé	9.890	124.640	26.653	15.220	92.657
São Joaquim	5.033	60.202	16.120	1.461	47.654
São Pedro	6.842	106.882	28.437	717	84.570
São Simão	5.603	86.676	26.366	969	64.944
Total	<u>72.747</u>	<u>1.048.420</u>	<u>302.517</u>	<u>38.249</u>	<u>780.401</u>

	31/12/18				
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido
Bonfante	8.612	79.478	30.571	1.963	55.556
Calheiros	7.068	64.808	22.412	1.733	47.731
Caparaó	1.859	21.888	5.685	1.239	16.823
Carangola	6.552	47.541	19.986	181	33.926
Funil	9.448	68.770	29.004	240	48.974
Irara	11.622	101.262	32.503	4.459	75.922
Jataí	12.557	99.152	35.985	1.355	74.369
Monte Serrat	10.776	111.378	33.081	3.373	85.700
Retiro Velho	7.755	94.683	27.217	817	74.404
Santa Fé	14.731	125.546	28.465	12.733	99.079
São Joaquim	8.994	62.990	19.270	1.260	51.454
São Pedro	12.204	110.254	32.073	599	89.786
São Simão	10.144	89.291	30.285	849	68.301
Total	122.322	1.077.041	346.537	30.801	822.025

Os principais saldos de resultado das controladas indiretas em 2019 e 2018 são apresentados como segue:

	31/12/2019				
	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro antes dos impostos	Lucro líquido
Bonfante	27.631	19.324	18.995	19.148	18.224
Calheiros	24.607	17.655	17.110	17.191	16.375
Caparaó	5.389	3.177	3.130	3.079	2.917
Carangola	21.789	17.204	15.889	16.070	15.332
Funil	28.623	21.653	20.941	21.135	20.175
Irara	41.016	31.970	31.241	31.437	30.067
Jataí	46.194	36.057	34.928	35.075	33.557
Monte Serrat	39.798	30.751	30.446	30.517	29.203
Retiro Velho	28.900	20.228	19.862	19.901	18.941
Santa Fé	59.342	48.966	44.344	44.433	42.447
São Joaquim	30.248	24.327	23.180	23.375	22.363
São Pedro	39.543	29.328	27.687	27.897	26.570
São Simão	33.862	25.713	24.966	25.164	24.033
Total	426.942	326.353	312.719	314.422	300.204

	31/12/18				
	Receita líquida	Lucro Bruto	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro antes dos impostos	Lucro líquido
Bonfante	26.515	20.517	20.333	19.285	18.340
Calheiros	23.497	17.400	16.851	15.807	14.973
Caparaó	5.178	3.280	3.195	3.007	2.829
Carangola	20.822	16.303	14.929	14.380	13.625
Funil	27.430	21.017	19.887	19.171	18.140
Irara	39.255	31.365	30.355	29.006	27.522
Jataí	43.865	35.057	33.513	32.165	30.609
Monte Serrat	37.785	28.256	28.899	27.193	25.504
Retiro Velho	27.468	19.576	19.022	18.080	17.068
Santa fé	56.609	46.940	42.519	41.208	39.151
São Joaquim	29.124	23.844	22.512	21.898	20.834
São Pedro	38.154	31.136	28.228	27.169	25.722
São Simão	32.956	25.801	25.192	23.782	22.584
Total	408.658	320.492	305.435	292.151	276.901

(c) Dividendos a receber

	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2017	182.900
Dividendos adicionais aprovados e dividendos obrigatórios	238.693
Dividendos recebidos	(152.910)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	268.683
Dividendos adicionais aprovados e dividendos obrigatórios	197.283
Dividendos propostos aprovados	141.560
Dividendos recebidos	(318.040)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	289.486

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou os principais saldos e transações com partes relacionadas, e seus efeitos são assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Ativo circulante - outras contas a receber	300	397	117	121
Ativo circulante - dividendos a receber				
PCHPAR - PCH Participações S.A.	289.486	268.683	-	-
Passivo circulante - dividendos a pagar				
Chipeley SP Participações S.A.	-	9.179	-	9.179
Eletroniver S.A.	-	6.174	-	6.174
BSB Energética S.A.	-	2.646	-	2.646
Total	-	17.999	-	17.999

As práticas e condições das transações com partes relacionadas acima foram praticadas em condições acordadas com as partes.

Remuneração da Administração

No ano de 2019 a remuneração da Administração foi de R\$1.251 (R\$1.100 em 31 de dezembro de 2018).

16. IMOBILIZADO**(a) Composição do imobilizado**

	Taxa de Depreciação	Controladora		Consolidado	
		31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Terrenos	-	-	-	43.071	37.751
Direitos sobre arrendamento	37,6%	1.198	-	1.198	-
Turbina hidráulica	2,50%	-	-	126.186	132.232
Conduto forçado	3,13%	-	-	31.757	31.053
Gerador	3,33%	-	-	75.036	76.849
Comporta	3,33%	-	-	23.646	24.531
Subestação unitária	3,57%	-	-	45.035	46.065
Estrutura de tensão	3,57%	-	-	20.019	21.134
Casa de força produção hidráulica	2,00%	-	-	347.564	356.759
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	-	-	246.556	255.433
Ajustamento a fornecedores	-	-	-	-	836
Outras máquinas e equipamentos	3,65%	9	14	54.042	56.802
Imobilizado em Curso	-	-	-	857	301
		<u>1.207</u>	<u>14</u>	<u>1.018.971</u>	<u>1.041.546</u>

(b) Movimentação do imobilizado - consolidado2019

	31/12/18	Adições	Baixas	Transferências (*)	31/12/19
Custo					
Terrenos	37.751	5.232	(1.587)	1.675	43.071
Direitos sobre arrendamento	-	2.042	(844)	-	1.198
Turbina hidráulica	173.256	286	(1)	-	173.541
Conduto forçado	47.973	208	-	-	48.181
Gerador	115.911	637	(1)	1.368	117.915
Comporta	35.970	226	-	-	36.196
Subestação unitária	75.817	14	(543)	-	75.288
Estrutura de tensão	31.337	9	(22)	-	31.319
Casa de força produção hidráulica	445.926	116	(521)	-	445.521
Reservatório, barragem, adutora	317.075	583	(30)	(1.118)	316.510
Ajustamento a fornecedores	836	572	-	(1.368)	-
Outras máquinas e equipamentos	87.045	506	(1.090)	-	86.461
Imobilizado em curso	301	1.277	-	(721)	857
	<u>1.367.193</u>	<u>11.868</u>	<u>(4.639)</u>	<u>(164)</u>	<u>1,374.258</u>
(-) Depreciação					
Turbina hidráulica	(41.024)	(4.331)	-	-	(45.355)
Conduto forçado	(14.920)	(1.504)	-	-	(16.424)
Gerador	(37.062)	(3.617)	-	-	(40.679)
Comporta	(11.339)	(1.209)	-	-	(12.548)
Subestação unitária	(27.757)	(2.695)	194	-	(30.253)
Estrutura de tensão	(10.198)	(1.109)	7	-	(11.300)
Casa de força produção hidráulica	(89.367)	(8.913)	123	-	(98.157)
Reservatório, barragem, adutora	(61.742)	(6.211)	1	-	(67.952)
Outras máquinas e equipamentos	(30.243)	(3.224)	1.048	-	(32.419)
	<u>(323.647)</u>	<u>(11.013)</u>	<u>1.373</u>	<u>-</u>	<u>(355.287)</u>
Imobilizado Líquido	<u>1.043.546</u>	<u>(21.145)</u>	<u>(3.266)</u>	<u>(164)</u>	<u>1.018.971</u>

(*) Transferências entre contas do ativo imobilizado e entre contas de ativo imobilizado e ativo intangível.

2018

	31/12/17	Adições	Baixas	31/12/18
<u>Custo</u>				
Terrenos	38.197	797	(1.241)	37.751
Direitos sobre arrendamento	-	-	-	-
Turbina hidráulica	172.547	1.371	(661)	173.256
Conduto forçado	47.973	-	-	47.973
Gerador	113.863	49	-	113.911
Comporta	35.494	1.364	(888)	35.970
Subestação unitária	76.559	14	(756)	75.817
Estrutura de tensão	31.374	-	(42)	31.332
Casa de força produção hidráulica	447.600	221	(1.891)	445.929
Reservatório, barragem, adutora	316.146	1.150	(769)	317.075
Adiantamento a fornecedores	304	532	-	836
Outras máquinas e equipamentos	88.628	933	(2.517)	87.045
Imobilizado em Curso	-	301	-	301
	<u>1.368.685</u>	<u>6.772</u>	<u>(8.267)</u>	<u>1.367.193</u>
 <u>(-) Depreciação</u>				
Turbina hidráulica	(36.871)	(4.315)	162	(41.024)
Conduto forçado	(13.419)	(1.501)	-	(14.920)
Gerador	(33.270)	(3.792)	-	(37.062)
Comporta	(10.280)	(1.189)	130	(11.339)
Subestação unitária	(25.300)	(2.717)	265	(27.752)
Estrutura de tensão	(9.095)	(1.117)	14	(10.198)
Casa de força produção hidráulica	(80.799)	(8.928)	360	(89.367)
Reservatório, barragem, adutora	(55.563)	(6.179)	-	(61.742)
Outras máquinas e equipamentos	(27.836)	(3.265)	861	(30.240)
	<u>(292.433)</u>	<u>(33.003)</u>	<u>1.792</u>	<u>(323.644)</u>
 Imobilizado Líquido	<u>1.076.252</u>	<u>(26.231)</u>	<u>(6.475)</u>	<u>1.043.546</u>

17. INTANGÍVEL**(a) Composição do intangível**

	Taxa de Amortização	Controladora		Consolidado	
		31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Serviços	-	-	-	2.199	2.171
Software	20%	12	41	901	462
Medidas compensatórias	10 a 25%	-	-	9.396	4.732
Indenização de terras	-	-	-	2.227	2.314
Legalização de terras	-	-	-	1.612	1.285
		<u>12</u>	<u>41</u>	<u>16.335</u>	<u>10.964</u>

(b) Movimentação do intangível – consolidado

2019

	31/12/18	Adições	Baixas	Transferência (*)	31/12/19
<u>Custo</u>					
Serviços	2.171	25	(1)	4	2.199
Software	1.928	580	(731)	164	1.941
Medidas compensatórias	13.463	7.716	(486)	-	20.693
Indenização de terras	2.314	25	(108)	(4)	2.227
Legalização de terras	1.285	327	-	-	1.612
	<u>21.161</u>	<u>8.673</u>	<u>(1.326)</u>	<u>164</u>	<u>28.672</u>
 <u>(-) Amortização</u>					
Software	(1.466)	(193)	619	-	(1.040)
Medidas compensatórias	(8.731)	(2.574)	6	-	(11.297)
	<u>(10.197)</u>	<u>(2.767)</u>	<u>627</u>	<u>-</u>	<u>(12.337)</u>
	-	-	-	-	-
Intangível líquido	<u>10.964</u>	<u>5.906</u>	<u>(699)</u>	<u>164</u>	<u>16.335</u>

(*) Transferência entre contas do ativo Imobilizado e ativo Intangível

2018

	31/12/17	Adições	Baixas	31/12/18
<u>Custo</u>				
Serviços	2.160	11	-	2.171
Software	1.779	165	(16)	1.928
Medidas compensatórias	10.338	3.159	(34)	13.463
Indenização de terras	2.276	51	(13)	2.314
Legalização de terras	1.310	-	(25)	1.285
	<u>17.863</u>	<u>3.386</u>	<u>(88)</u>	<u>21.161</u>
 <u>(-) Amortização</u>				
Software	(1.316)	(155)	5	(1.466)
Medidas compensatórias	(7.586)	(1.145)	-	(8.731)
	<u>(8.902)</u>	<u>(1.300)</u>	<u>5</u>	<u>(10.197)</u>
	-	-	-	-
Intangível líquido	<u>8.961</u>	<u>2.086</u>	<u>(83)</u>	<u>10.964</u>

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Em deliberação geral extraordinária realizada em 1º de outubro de 2018, os acionistas da BPOCH aprovaram a emissão da 1ª (primeira) debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, com valor nominal unitário de R\$1, na data de emissão, sendo 450.000 debêntures da primeira série (Banco Itaú BBA) e 450.000 debêntures da segunda série (Banco Santander "Brasil" S.A.), perfazendo o montante total de R\$900.000, com a finalidade de quitação antecipada do financiamento junto ao BNDES e Petros.

Estas debêntures serão pagas trimestralmente, juros e principal, nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano. Os juros terão uma carência de 4 meses (primeiro pagamento em 15 de fevereiro de 2019 e último pagamento em 15 de novembro de 2026), enquanto que o principal terá uma carência de 13 meses (primeiro pagamento em 15 de novembro de 2019 e último pagamento em 15 de novembro de 2026).

a) Composição das Debêntures

	<u>Quantidade</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Debêntures - Itaú (CDI + 2,39%)	450.000	1	440.129	458.024
Debêntures - Santander (TPCA+8,2647%)	450.000	1	457.326	458.072
(-) Custo com transação com debêntures			<u>(9.146)</u>	<u>(10.484)</u>
			<u>688.309</u>	<u>905.612</u>
Passivo circulante			122.117	41.758
Passivo não circulante			766.197	863.854

b) Movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Saldo inicial	905.612	837.494
Encargos provisionados	91.839	120.998
Pagamento principal	(27.000)	(387.756)
Pagamento de juros e atualização monetária	(82.142)	(554.640)
Captação líquida de debêntures	-	889.516
	<u>888.309</u>	<u>905.612</u>

A Companhia está sujeita a cláusulas restritivas ("covenants"), incluindo entre outros, garantias reais, restrições quanto à mudança, transferência ou cessão de controle societário, incorporação, fusão ou cisão sem prévia anuência dos credores. As cláusulas restritivas e as garantias relacionadas à operação são as seguintes:

• Garantias

Foram ofertadas em alienação fiduciária, em caráter irrevogável, as ações emitidas pela PCHPAR Participações S.A. de propriedade da Brasil PCH e as ações emitidas pelas PCHs de propriedades da PCHPAR - PCH Participações S.A., podendo os debenturistas, no caso de inadimplemento da beneficiária, após a realização de assembleia geral pertinente, os debenturistas poderão após a fixação mínima do preço de venda das ações, poderão, alienar toda e qualquer parte das ações empenhadas em seu favor, por meio de venda amigável, utilizando o produto da alienação no pagamento das obrigações financeiras decorrentes da presente operação, devendo deduzir todas as despesas e os tributos eventualmente incidentes e entregar aos acionistas o que eventualmente sobejar.

As debêntures estão garantidas, ainda, por cessão fiduciária de: (i) direitos emergentes das autorizações concedidas às PCHs pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; (ii) os direitos creditórios que venham a ser devidos às PCHs no âmbito dos Contratos de Compra e Venda de Energia celebrados com a Eletrobrás no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (CCE e PROINFA, respectivamente); (iii) direitos creditórios oriundos dos seguros de Risco Operacional, em nome das PCHs, sendo as apólices de tais seguros alteradas de forma a prever os Debenturistas, devidamente representados pelo Agente Fiduciário, como beneficiários; e (iv) todos e quaisquer direitos, inclusive aplicações financeiras e seus rendimentos, sobre as contas vinculadas a serem cedidas fiduciariamente e descritas no Contrato de Cessão Fiduciária de recebíveis em que serão depositados em montantes financeiros mencionados nos subitens (i), (ii) e (iii) deste Item.

• Restrições

A Brasil PCH não pode tomar novas dívidas, salvo aquelas contraídas exclusivamente no curso normal dos negócios, até o limite agregado de R\$30.000 e não poderá realizar reduções de capital.

Os recebíveis dos Contratos de Venda de Energia celebrados com a Eletrobrás, cedidos fiduciariamente, serão depositados diretamente no Banco Depositário (BNP PARIBAS) contratado pelo Agente de Contas (TMF Brasil Administração e Gestão de Ativos), o qual receberá orientações diretamente do Agente Fiduciário (Oliveira TRUST Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.) para transferir os recursos financeiros para as contas de livre movimentação das PCHs e da emissora.

Manter, durante todo período de amortização das debêntures, o índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) superior ou equivalente a 1,20 apurados nas demonstrações financeiras consolidadas da Brasil PCH, para distribuição de dividendos (anual e/ou intercalares trimestral ou semestral). Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia atendeu apresentando um índice de ICSD 3,08 (em 31 de dezembro de 2018 atingiu à 7,65).

c) Instrumento financeiros derivativo - SWAP designado como *hedge*

Para a 1ª Série de Debêntures, a Companhia contratou junto ao Banco Itaú uma operação de Swap para igualar as remunerações ao IPCA das Debêntures - 1ª Série (CDI+2,39%) e 2ª série (IPCA + 8,2647%), qualificado como *Hedge de Fluxo de caixa*. Em 31 de dezembro de 2019, a marcação a mercado do instrumento financeiro derivativo resultou em uma perda de R\$32.185 (R\$32.182 em 31 de dezembro 2018), reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Data de vencimento da operação	Valor Inicial	Exercício	Saldo banco (passivo - curva IPCA)	Saldo cliente (ativo - curva CDI)	Ganho (perda) - valor da curva	Ganho (perda) na marcação a mercado Swap - MTH
16/11/2026	450.000	31/12/18	458.206	458.077	(129)	(32.112)
16/11/2026	450.000	31/12/19	457.376	440.179	(17.197)	(64.567)

A captação de recursos via emissão de debêntures realizada no ano de 2018 pela BPCH ocorreu obedecendo as melhores práticas de gestão de riscos, posto que ao trocar a variação do DI pelo IPCA, a Companhia atrelou seus passivos financeiros de maior expressão a um indexador de preços que remunera os recebíveis que é o IGP-M.

Esta proteção foi autorizada pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de outubro de 2018.

19. PROVISÕES PARA COMPROMISSOS FUTUROS (CONSOLIDADO)

	31/12/18	Adição	Reversão	Pagamentos	Atualização Financeira	31/12/19
Compromissos socioambientais (a)	11.507	7.586	(168)	(302)	310	14.113
Provisão para medidas compensatórias (b)	7.057	7.717	(466)	(2.276)	253	12.205
Provisão para legalização de terras (c)	1.396	377	-	-	-	1.613
Provisão para indenizações de terras (d)	13.638	1.129	(1.565)	-	-	13.202
Total	33.598	11.754	(2.199)	(2.578)	563	41.248
Passivo circulante	4.093					4.177
Passivo não circulante	29.685					36.871

(a) Provisão para compromissos socioambientais: quando da implementação das PCHs, foi enviado para os órgãos ambientais o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial ("PAQUERA"), o qual prevê área total a ser reforestada pela Companhia. Para cumprir as exigências do PAQUERA, a Companhia precisa ainda adquirir, aproximadamente, 403,63 hectares de terras. Acidentalmente, a Companhia ainda precisa realizar o reflorestamento em, aproximadamente, 450,67 hectares. Os PAQUERA de algumas centrais ainda estão em processo de aprovação por parte dos órgãos licenciadores competentes.

- (b) **Provisão para medidas compensatorias:** Todas as PCHs da Brasil PCH possuem as licenças de operação obtidas junto ao respectivo órgão ambiental, sendo que todas estão válidas e em vigor. Para obtenção da licença de operação, é necessária a realização de programas ambientais, tais como, programa de educação ambiental, monitoramento da fauna terrestre, monitoramento de fauna, proteção e manutenção de áreas de preservação, monitoramento de limnologia e qualidade da água, dentre outros, cujas custas estimadas pela Companhia estão registradas nesta rubrica.
- (c) **Provisão para regularização de terras:** a Companhia possui contratos particulares de compra e venda de imóveis próprios e de servidão em imóveis de terceiros, cujos registros de propriedade definitiva e de averbação, no Registro Geral Imóveis ainda precisam ser regularizados.
- (d) **Provisão para indenização de terras:** para realizar a construção da PCH, foi necessária a aquisição por parte da Companhia de terras e servidões. No entanto, existem casos em que as partes envolvidas não chegaram a uma conciliação e, por isso, estão em discussão judicial.

20. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidada	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	-	702	960
Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (TUSD)	-	-	542	512
Outros tributos a recolher	8	8	876	271
Total	8	8	2.120	1.743

21. RECEITA DIFERIDA (CONSOLIDADO)

(a) Composição da receita diferida

	31/12/19	31/12/18
Prêmio de repactuação do risco hidrológico e exposição ao MRE 2019 (a)	11.976	90.756
Revisão de garantia física (b)	39.270	29.370
Total	51.246	120.126

(b) Movimentação da receita diferida

	31/12/18	Constituição e atualização	Realização	31/12/19
Prêmio de repactuação do risco hidrológico e exposição ao MRE (a)	90.756	46.381	(125.161)	11.976
Revisão de garantia física (b)	29.370	9.900	-	39.270
	120.126	56.281	(125.161)	51.246

	31/12/17	Constituição e atualização	31/12/18
Prêmio de repactuação do risco hidrológico e exposição ao MRE (a)	70.901	19.855	90.756
Revisão de garantia física (b)	20.053	9.317	29.370
	90.954	29.172	120.126

(a) Prêmio repactuação do risco hidrológico - 2015 e Exposição ao MRE - 2015 a 2018 e 2019 - vide maiores detalhes nas notas explicativas nº 1.1 e nº 1.2.

(b) Garantia física - vide maiores detalhes na nota explicativa nº 1.3.

22. PROVISÃO PARA RISCOS (CONSOLIDADO)

A Companhia e as suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, as quais envolvem questões tributárias, cíveis, trabalhistas e regulatórias.

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo da provisão consolidada para riscos trabalhistas, tributários, ambientais e cíveis era de R\$3.596, (R\$2.842 em 31 de dezembro de 2018). A variação das provisões para riscos no exercício está apresentada conforme movimentação a seguir:

	31/12/18	Constituição	Baixas	31/12/19
Trabalhista	232	200	(187)	245
Regulatório	198	221	(1)	418
Tributário	2.166	367	(14)	2.519
Cíveis	246	170	(2)	414
Total	2.842	958	(204)	3.596

A Companhia e suas controladas possuem outros riscos relativos a questões trabalhistas, cíveis e ambientais, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

	Consolidado	
	31/12/19	31/12/18
Trabalhistas (a)	655	307
Cíveis (b)	3.085	4.030
Ambientais	678	96
	4.418	4.433

(a) O maior número de ações trabalhistas da Companhia refere-se à discussão de responsabilidade subsidiária ao pagamento de verbas trabalhistas aos empregados de empresa terceira (terceirização de mão-de-obra). Destaca-se, ainda, no âmbito trabalhista, por ser relevante o pedido apresentado, uma ação de indenização em que se discute repercussões decorrentes de acidente do trabalho.

(b) Existe ação de indenização, no valor de R\$2.618, em que se discute o pagamento de indenizações por uso de área e reparação de danos a pescadores. As demais ações da Companhia estão relacionadas ao pagamento de valores decorrentes de contratos celebrados com fornecedores de serviços e produtos.

23. PROVISÃO PARA CONTRATO ONEROSO

Em 4 de dezembro de 2014, a Brasil PCH e o BTG Pactual firmaram Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica Convencional de 15 MW médios mensais durante o período de janeiro de 2015 a dezembro de 2021. A Companhia identificou este contrato como sendo oneroso em função dos preços de compra de energia contratados serem maiores do que o preço de venda energia que a Companhia tem expectativa de obter no mercado.

Atualmente, a Companhia realiza a estimativa do contrato oneroso com base no valor da energia divulgado pela curva Dcide, referência no mercado quanto ao preço da energia. A provisão é constituída considerando os fluxos de caixa estimados do contrato e, posteriormente, é ajustada a valor presente utilizando a taxa de mercado SELIC.

Apresentamos abaixo a movimentação ocorrida para o exercício de 2019:

	31/12/18	Reversão	Pagamentos	Atualização financeira	31/12/19
Contrato compra de energia	37.388	(4.425)	(8.815)	1.387	25.535
Passivo circulante	11.277				11.624
Passivo não circulante	26.111				13.911

Com base nas premissas acima elencadas, a Companhia possui a estimativa de desembolso futuro conforme abaixo demonstrado:

Ano	Valor
2020	10.729
2021	13.655
2022	1.151
Total	25.535

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito e integralizado é de R\$109.032 e está representado por 94.187.831 ações ordinárias, conforme demonstrado a seguir:

Acionista	Quantidade de ações ON	%
Chimley SP Participações S.A.	48.035.794	51,00
Eletroriver S.A.	32.306.426	34,30
BSB Energética S.A.	13.845.611	14,70
Total	94.187.831	100,00

(b) Reservas

Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, a qual não excederá 20% do capital social.

Reservas de lucros

A reserva representa o lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal, cálculo dos dividendos obrigatórios e adicionais, conforme previsto art. 202 § 5 Lei 6.404, e deverá ser paga como dividendo assim que permitir a situação financeira da Companhia. Conforme estatuto estes valores aguardam deliberação em Assembleia para sua destinação.

(c) Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	31/12/2019	31/12/18
Lucro líquido do exercício	200.297	160.389
(-) Reserva Legal (*)	-	-
(=) Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	200.297	160.389
Dividendos mínimos obrigatórios	(50.074)	(40.097)
Dividendos adicionais distribuídos	(47.279)	(66.294)
Dividendos adicionais propostos	(102.944)	(53.998)

(*) A Companhia não constituiu reserva legal, uma vez, que esta é limitada a 20% do capital social, conforme letra (b) acima.

Em 1º de abril de 2019 foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGO/AGE) a totalidade dos dividendos adicionais propostos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Dividendos a pagar

	Controladora e consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	65.135
Dividendos adicionais aprovados e dividendos obrigatórios	255.494
Dividendos pagos	(302.630)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	17.999
Dividendos adicionais aprovados e dividendos obrigatórios	151.351
Dividendos pagos	(169.350)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-

- (d) Ajuste de avaliação patrimonial: Representando pelos ganhos ou perdas acumuladas dos instrumentos de hedge de fluxo de caixa considerados efetivos (vide na nota explicativa nº 18).

25. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	31/12/19	31/12/18
Receita bruta:		
Venda de energia elétrica	465.416	437.967
Ajuste de garantia física	(9.901)	(9.317)
Ajuste de Tarifa de Energia de Otimização (TEO)	(12.257)	(3.959)
Ajuste recontabilização e consumo interno	(140)	(552)
	443.118	424.139
Deduções à receita:		
PIS	(2.881)	(2.755)
COFINS	(13.297)	(12.726)
	(16.178)	(15.481)
Receita líquida de vendas	426.940	408.659

26. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Despesas financeiras				
Juros, penalidades e atualizações sobre dívidas financeiras	(90.501)	(109.410)	(90.501)	(122.859)
Custos de transação de debêntures	(1.338)	(325)	(1.338)	(125)
Instrumentos financeiros derivativos	(18.149)	(129)	(18.149)	(129)
Atualização contrato oneroso	(1.767)	(4.755)	(1.367)	(4.785)
Outras despesas financeiras	(500)	(517)	(1.406)	(1.633)
Total	(111.975)	(115.166)	(112.781)	(134.731)
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	7.333	3.057	9.724	7.705
PIS e COFINS s/ receita financeira	(364)	(712)	(363)	(212)
Atualização de depósito judicial	-	-	203	312
Atualização de ativos vinculados	114	994	114	2.588
Instrumentos financeiros derivativos	1.870	-	1.870	-
Outras receitas financeiras	371	333	411	44
Total	9.324	4.152	11.959	10.417
Total	(102.651)	(111.014)	(100.822)	(124.314)

27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro real. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	200.297	160.389	214.532	181.837
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(68.101)	(54.532)	(72.941)	(61.825)
Exclusões (adições) permanentes				
Efeitos das regulamentações sobre lucro presumido	-	-	121.131	116.675
Efeitos de equivalência patrimonial	102.056	94.142	-	-
Crédito não constituído	(33.955)	(39.610)	(31.955)	(39.610)
Efeito de imposto de renda e contribuição social no resultado	-	-	14.235	15.191
Correntes	-	-	(11.061)	(15.608)
Diferidos	-	-	(1.174)	409

A Controladora possui prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, no montante aproximado de R\$990.000 em 31 de dezembro de 2019 (R\$904.000 em 31 de dezembro de 2018). Em função de não haver expectativa futura de geração de base tributária, a recuperação desses créditos fiscais é remota, motivo pelo qual não foram constituídos créditos fiscais diferidos sobre tais valores.

O ativo fiscal diferido do consolidado é composto como segue:

Ativo fiscal diferido	31/12/19	31/12/18
PIS e COFINS diferidos	1.875	5.378
IRPJ e CSLL diferidos	1.582	4.497
Total	3.457	9.825

Os impostos diferidos foram constituídos em função das diferenças temporárias entre a energia gerada e efetivamente faturada. Esses impostos diferidos foram calculados utilizando as alíquotas com base no lucro presumido.

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores contábeis apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	Controladora 31/12/19	Consolidado 31/12/19
Ativos financeiros		
Mensurados ao custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	-	8
Aplicações financeiras	134.978	155.550
Contas a receber	-	36.664
Depósitos judiciais	1.866	12.449
Outros ativos	300	117
Passivos financeiros		
Outros passivos mensurados ao custo amortizado:		
Fornecedores	291	795
Debêntures	888.309	888.309
Outros passivos	-	1
Mensurados pelo valor justo:		
Instrumentos financeiros derivativos (nível 2)	81.564	81.564

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente as vigentes no mercado.

Os valores justos são calculados projetando-se os fluxos futuros das operações com base na projeção das curvas de taxa de juros. Os mesmos são trazidos a valor presente utilizando os dados indicativos de preços e taxas de referência disponíveis no mercado que se aproxima do valor contabilizado pela Companhia em 31 de dezembro de 2019 (nível 2).

	31/12/2019
Debêntures 1ª Série - CDI + 2,39%	476.541
Debêntures 2ª Série - IPCA + 8,2647%	558.105

A Companhia está exposta a riscos relacionados a taxas de juros em função da transação com debêntures na Controladora (CDI e IPCA).

Em conformidade com o CPC 40 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros da Companhia, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

Na data de encerramento do exercício, a Administração estimou o cenário I de variação das taxas de juros CDI (4,48%) no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2019. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários II e III, respectivamente.

Consolidado

<u>Operação</u>	<u>Exposição 31/12/19</u>	<u>Risco</u>	<u>Impacto</u>	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Apliação financeira	134.978	Diminuição do CLJ	Resultado	6.047	4.535	3.024
Debêntures Itaú + swap	(457.326)	Aumento do IPCA + 8,2647	Resultado	(54.215)	(67.760)	(81.322)
Debêntures - Santander	(457.326)	Aumento do IPCA + 8,2647	Resultado	(54.215)	(67.768)	(81.322)

Hierarquia do valor justo

A Companhia estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Companhia e por suas controladas, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não-observáveis.

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos Idênticos.
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos.
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não houve transferência entre avaliação de valor justo nível 1 e nível 2 nem entre nível 2 e nível 3.

29. COBERTURA DE SEGURO

Seguro Directors & Officers (D&O)

A Companhia renovou, para ela e suas controladas (direta e indiretas), a cobertura de seguro para pagamento e/ou reembolso das quantias devidas ou a pagar a terceiros a título de reparação de danos, estipuladas por tribunal cível ou por acordo aprovado pela seguradora, com vigência até 14 de junho de 2020 e cobertura aumentou do montante de R\$30.000, para R\$50.000, considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Seguro de responsabilidade civil

As 13 PCHs, controladas indiretas da Companhia, renovaram o seguro com aumento de cobertura no valor de R\$40.000, para R\$60.000, com vigência até 28 de abril de 2020 para indenizações por danos civis, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros, considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades.

Seguro de operação

Em 27 de junho de 2019, com vigência até 27 de junho de 2020, as controladas indiretas, renovaram a cobertura de seguro para riscos operacionais sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras no montante de R\$1.966.232, lucros cessantes no montante de R\$169.926, linha transmissão R\$114.434 e Barragens R\$533.594, considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

A avaliação da Administração quanto à adequação das coberturas dos seguros da Companhia e suas controladas não foi examinada pelos auditores independentes.

30. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	Controladora		Consolidada	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Reversão da provisão para contratos de arrendamento em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	(844)	-	(844)	-
Adição da provisão para contratos de arrendamento em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	2.042	-	2.042	-
Reversão da provisão para compromissos futuros em contrapartida	-	-	(2.179)	(1.441)
Adição da provisão para compromissos futuros em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	-	-	11.754	4.221
Reversão de depósitos judiciais em contrapartida a rubrica de ativo imobilizado e intangível	-	-	1.907	-
Reversão no custo sobre aquisição de ativo imobilizado	-	-	73	-
Aquisição de imobilizado e intangível em contrapartida à rubrica de impostos	-	-	78	-
Reversão de resultado contrapartida ativo imobilizado e intangível	-	-	133	-
Constituição de dividendos adicionais aprovados e devidados mínimos obrigatórios a pagar	151.351	17.959	151.351	17.999
Constituição de dividendos adicionais aprovados e devidados mínimos obrigatórios a receber	216.040	268.563	-	-
Transferência entre provisão para contrato oneroso a provisão para contrato oneroso a pagar	709	329	709	329

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

• São Joaquim Energia S.A. ("São Joaquim")

Fortes chuvas verificadas na região do Município de Alfredo Chaves, Estado do Espírito Santo, nos dias 17 e 18/01/2020, elevaram sobremaneira os níveis do rio Benevente, resultando na inundação da Casa de Força da PCH São Joaquim e, consequentemente, na interrupção da produção de energia elétrica. As inspeções conduzidas até o momento pela São Joaquim não apontam qualquer impacto que ameace a segurança do empreendimento ou ao meio ambiente.

Ademais, informamos que tal sinistro não resulta em qualquer impacto à capacidade de pagamento tempestivo das debêntures de emissão da BRASIL PCH, nos termos previstos na respectiva Escritura de Emissão, bem como que já foram iniciados os procedimentos de drenagem da Casa de Força e planejamento das atividades necessárias ao restabelecimento das unidades geradoras.

32. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 04 de março de 2020.

Composição do Conselho de Administração

Marcelo Jose Milhet - Presidente	Paulo Celso Guerra Lage - Conselheiro
Rodrigo Caldas de Toledo Aguiar - Conselheiro	Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho - Conselheiro

Composição da Diretoria

Márcio Barata Diniz – Diretor Presidente	Rodrigo Caldas de Toledo Aguiar - Diretor
--	---

Contador

Maria de Lourdes Morais de Aguiar
CRC MG - 078189/0-5